

CARTA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE UNESCO 2015: ATUALIZAÇÃO DO PROJETO NEOLIBERAL DO SÉCULO XXI¹

Emanoel Borges Candal²
Marcelo Paula de Melo³

Resumo

Este artigo analisa a atualização da *Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte*, publicada pela UNESCO em 2015, situando-a no contexto da reconfiguração do capitalismo neoliberal no século XXI. A partir de análise documental do texto da Carta, discute-se como suas orientações apresentam contraditoriamente as práticas corporais como instrumentos de desenvolvimento humano e inclusão social, ao mesmo tempo em que não enfrentam as determinações estruturais das desigualdades sociais.

Palavras-chave: educação física; políticas internacionais; neoliberalismo; UNESCO.

CARTA INTERNACIONAL DE LA EDUCACIÓN FÍSICA Y DEPORTE UNESCO 2015: ATUALIZACIÓN DEL PROYECTO NEOLIBERAL DEL SIGLO XXI

Resumen

Este artículo analiza la actualización de la *Carta Internacional de la Educación Física, la Actividad Física y el Deporte*, publicada por la UNESCO en 2015, situándola en el contexto de la reconfiguración del capitalismo neoliberal en el siglo XXI. A partir del análisis documental del texto de la Carta, se discute cómo sus orientaciones presentan de manera contradictoria las prácticas corporales como instrumentos de desarrollo humano e inclusión social, al mismo tiempo que no enfrentan las determinaciones estructurales de las desigualdades sociales.

Palabras clave: educación física; políticas internacionales; neoliberalismo; UNESCO.

UNESCO INTERNATIONAL CHARTER FOR PHYSICAL EDUCATION AND SPORT 2015: UPDATING THE 21 ST CENTURY NEOLIBERAL PROJECT

Abstract

This article analyzes the updated version of the *International Charter of Physical Education, Physical Activity and Sport*, published by UNESCO in 2015, situating it within the context of the reconfiguration of neoliberal capitalism in the 21st century. Based on a documentary analysis of the Charter, the study discusses how its guidelines contradictorily present bodily practices as instruments for human development and social inclusion while failing to address the structural determinants of social inequalities.

Keywords: physical education; international policies; neoliberalism; UNESCO.

¹ Artigo recebido em 11/06/2025. Aprovado em 21/03/2026. Publicado em 22/04/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i53.68241>

² Mestre em Educação e Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da Secretaria Municipal de Educação (SME-RJ). Email: candal.ufrj@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5203785503603018>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3277-0398>.

³ Bacharel em Educação Física e Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professor da Escola de Educação Física e Desportos e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRJ. Email: marcelaomelo@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9618187525201061>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0146-4275>.

Introdução

Em 1978, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) aprovou a Carta Internacional de Educação Física e do Esporte para orientar as políticas de governos e a ação de organizações da sociedade civil dos países-membros da referida organização sobre a temática elencada. Em novembro de 2015, a Conferência Geral da UNESCO aprovou uma nova versão do documento que recebeu um pequeno ajuste no título com a inclusão da expressão “atividade física” (ONU-UNESCO, 2015). A responsabilidade pela elaboração das versões ficou a cargo da Conferência de Ministros e Alto Funcionários da Educação Física e do esporte (MINEPS).

A MINEPS é um encontro mundial de autoridades e organizações que promove debates e formulações para direcionar as políticas públicas de lazer e de esportes, além de apontar orientações para a formação e de atuação profissional da Educação Física.

De modo geral, a Carta produzida deste espaço formulador é a expressão do acordo firmado entre representantes dos países-membros da UNESCO sobre a função social da Educação Física, da atividade física e dos esportes e, ao mesmo tempo, um instrumento para orientar a homogeneização das políticas setoriais vinculadas ao referido eixo temático.

Cabe assinalar que a UNESCO é uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU) criada em 1945, logo após a II Guerra Mundial, para articular internacionalmente a tríade cultura-ciência-educação com a reconstrução do pós-guerra a partir de preceitos de segurança internacional. A versão de 1978 foi divulgada seis anos após a publicação do documento da UNESCO conhecido como Relatório Edgar Faure que tematizou orientações para a educação política e escolar da juventude com o seguinte slogan: “aprender a ser”. Tal relatório estabeleceu princípios e diretrizes para orientar a educação da juventude e assim evitar outros levantes como os ocorridos na França, em 1968, e em outros países do bloco capitalista.

A Carta de 1978 foi publicada em uma década em que o mundo estava dividido pela Guerra Fria e que os países do bloco capitalista enfrentavam um quadro de crise econômica e de crise política, fatos que favoreceram a circulação do ideário neoliberal como medida anticrise. Nesse contexto, as diretrizes da Carta de 1978 apontaram para a necessidade de promoção do consenso em torno da chamada cultura de paz

e do desenvolvimento humano sem, contudo, assumir uma posição crítica frente aos fatores sócio-político-econômicos que incidiam sobre a condição de vida das massas subalternizadas.

Em um contexto de crise política e de crise econômica, a UNESCO estabeleceu no preâmbulo da Carta de 1978 o seguinte: “[...] a educação física e o esporte devem contribuir de forma mais efetiva para inculcar os valores humanos fundamentais subjacentes ao pleno desenvolvimento dos povos (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 1978, p. 1)”.

Os ditos “os valores humanos fundamentais” e a noção “desenvolvimento dos povos” foram projetados para os países capitalistas como referências para colaborar com a produção do consenso e, ao mesmo tempo, deslegitimar as forças políticas críticas ao sistema e que se moviam contra os grupos dominantes.

Trinta e sete anos se passaram até que a Carta fosse atualizada pela Conferência da UNESCO. A versão de 2015 foi publicada sete anos após a deflagração de uma nova crise econômica do capitalismo cujas medidas permitiram a ampliação vertiginosa da concentração de riqueza e o aprofundamento da desigualdade social, frutos da intensificação da exploração do capital sobre o trabalho.

Além disso, verificamos que o documento foi publicado no contexto: i) da ampliação da crise climática mais evidente, embora rejeitada por forças negacionistas; ii) da reconfiguração do mundo do trabalho marcada pelo aprofundamento da flexibilização e precarização dos contratos e das condições de trabalho; iii) da manutenção da financeirização da economia, epicentro do estopim da crise de 2008; iv) da expansão da extrema direita nas ruas e nas redes digitais com participação da juventude, favorecendo aspectos do ideário neoliberal; v) da explosão dos conflitos nos países Árabes com diferentes nuances e determinações.

Em conjunto, esses aspectos indicam que a manutenção do sistema capitalista requereu a restauração da sociabilidade (conformismo) capitalista a partir de orientações do mundo ocidental para assegurar um novo consenso.

Com Gramsci (2024), compreendemos a sociabilidade ou conformismo social como condição cultural (com dimensões ideológica, política, econômica) que viabiliza o pertencimento do indivíduo à sociedade em um dado tempo histórico através da incorporação de referências sobre o modo de sentir, pensar e de agir na vida social e no trabalho.

A questão que orienta esse artigo é a seguinte: qual o significado político-ideológico da Carta Internacional de Educação Física e Esporte da UNESCO (versão 2015) para a sociabilidade? Qual é a função política atribuída pela UNESCO aos esportes e às atividades físicas não-esportivas na construção da sociabilidade no século XXI?

Nesse sentido, o objetivo do artigo é analisar a Carta de 2015 da UNESCO para identificar o significado de seu conteúdo para as relações sociais capitalistas. A análise parte de uma compreensão que pode ser assim expressa: as práticas corporais esportivas e não esportivas são delineadas no curso da história a partir das orientações políticas e culturais dominantes, dos embates político-acadêmicos das adesões, conscientes ou não, aos projetos societários de cada época (Melo, 2011). Isso significa que, em sua particularidade, as práticas corporais e, em certo sentido, a Educação Física como campo de conhecimento e área de formação e de intervenção profissional evidenciam, pelas mediações, a dinâmica da luta de classes. Dessa forma, a vinculação e o reconhecimento das práticas corporais como direito social são resultantes dessas lutas.

Sob a questão metodológica, o artigo está fundamentado nos pressupostos da pesquisa documental nos termos de Evangelista e Shiroma (2011). Referenciadas no método dialético, as autoras afirmam que os documentos são produzidos na história, portanto, expressam determinações históricas e requerem a interpretação crítica. Isso significa que a pesquisa em documentos é importante para a identificação dos nexos entre o particular – o documento em si – e a totalidade social – o seu significado ideológico e político na e para a realidade social concreta. Nessa linha, afirmam que

Cabe ao pesquisador interpelar o documento e verificar por que foi organizado em torno de determinados termos e por que contém um tipo específico de argumentação; que medida propõe, como a justifica, por que foi escolhida em detrimento de outras, quem a financia, que mudanças acarretará, a que grupos favorece ou prejudica? Para que foi produzido? A que fins se presta? Por qual classe social ou fração de classe foi demandado e para qual classe social ou fração de classe foi ordenado? Que elementos ideológicos foram utilizados para produzir o consenso em torno da política em tela? Em outras palavras: quais as implicações de determinados discursos, concepções e ideologias que veiculam para a educação? (Evangelista; Shiroma, 2011, p. 94-95).

Nesse sentido, o procedimento de análise da Carta de 2015 envolveu as seguintes etapas: i) a identificação de sua relevância política; ii) o reconhecimento do

contexto histórico de sua produção; iii) a análise do significado das concepções e fundamentos e de sua articulação interna; iv) análise do significado da dimensão propositiva para a totalidade social concreta a partir da categoria sociabilidade/conformismo. O procedimento tem como referência a crítica social e a construção de conhecimento sobre a realidade tematizada pelo recorte do objeto. Além disso, reconhece que as definições da UNESCO podem influenciar o delineamento das políticas setoriais que envolvem as práticas corporais.

Além dessa introdução, o texto apresenta três seções, sendo elas: delimitação do contexto histórico da produção da Carta; análise das formulações contidas na Carta; e as considerações finais.

O contexto político-econômico de definição da carta: O capitalismo neoliberal e sua atualização

O projeto neoliberal foi difundido nas décadas de 70 e 80 do século XX como solução para a crise do capitalismo sob o argumento de que seus fundamentos e suas diretrizes impulsionariam as forças de mercado e a liberdade humana rumo a uma nova era de prosperidade para o sistema (Harvey, 2008).

Segundo Paulani (2006), a adesão da alta burguesia ao neoliberalismo ocorreu frente a tentativa de reversão da queda tendencial da taxa de lucro, envolvendo medidas para valorização do capital. Isso significou a desregulamentação dos mercados e a proteção do trabalho, repercutindo na financeirização da economia e a quebra do pacto socialdemocrata entre capital e trabalho sobre exploração e direitos sociais a partir do que Behring (2003) denominou de contrarreforma do Estado capitalista.

Em breve balanço crítico do neoliberalismo, verificamos algumas marcas que revelam o seu significado histórico. A aplicação desse projeto viabilizou a intensificação da extração de mais-valor, gerando o aprofundamento da concentração de riqueza para a burguesia e o empobrecimento massivo da classe trabalhadora. Sob a égide do modelo de Estado mínimo e da financeirização da economia, as diretrizes neoliberais incidiram sobre as políticas públicas possibilitando o deslocamento dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora para o plano de serviços integralmente ou parcialmente mercantilizados. A combinação desses elementos tornou a questão social ainda mais aguda.

Além disso, a aplicação do projeto neoliberal viabilizou a entrega do patrimônio público aos grupos privados, sob a justificativa de que a privatização permitiria o aumento da eficiência econômica e o desenvolvimento dos países. Entretanto, além de significar a dilapidação acesso ao fundo público em favor da realização dos lucros à burguesia nacional e internacional, tal medida ampliou os processos de exploração do capital sobre o trabalho. A intensidade desse processo permitiu que empreendimentos empresariais em que os bens convertidos em valor de troca têm na imaterialidade sua principal característica (Harvey, 2018, Fontes, 2010).

Como as promessas da ortodoxia neoliberal incidiram minimamente na coesão social e, por conseguinte, criando problemas para a estabilidade do sistema, intelectuais orgânicos da burguesia buscaram uma saída para enfrentar a crise econômica e política do mundo capitalista. A intenção foi buscar uma alternativa aos preceitos considerados ineficazes da ortodoxia neoliberal e da socialdemocracia clássica.

Denominada de “terceira via”, essa alternativa foi ordenada na forma de um projeto que teve ampla circulação entre a última década do século XX e a primeira do século XXI a partir da articulação internacional de lideranças políticas, partidos e governantes que acreditaram ser possível renovar o capitalismo conjugando o princípio da dita “liberdade de mercado” do neoliberalismo com a vaga noção de “justiça social” da socialdemocracia (Martins, 2009). Trata-se de uma vertente suavizada ou flexível do neoliberalismo mediante a incorporação de fragmentos de preceitos da social-democracia (Martins, 2009).

A implementação desse projeto buscou renovar a condição da classe burguesa como dominante-dirigente através da implementação da nova pedagogia da hegemonia (Neves, 2005). Isso significou a redefinição dos parâmetros político-ideológicos da sociabilidade para descaracterizar o conflito da luta de classes, envolvendo, ações para educar a nova cidadania, medidas para conformar lideranças e organização da classe trabalhadora deslocando o confronto para a colaboração de classes e, por fim, o incentivo para impulsionar o surgimento de novas organizações da sociedade civil comprometidas com a sociabilidade capitalista.

As ações políticas orientadas pela nova pedagogia da hegemonia em contexto de crise econômica resultaram no apassivamento da classe trabalhadora, afetando o modo de ser e a consciência política desta classe (Neves, 2005). É bem verdade que,

historicamente, a burguesia sempre difundiu suas concepções sobre a vida social como algo de abrangência universal e a-histórica porque exerce a condição política de classe dominante. A partir do século XX, além de dominar, a burguesia desenvolveu a capacidade de dirigir o conjunto da sociedade exercendo combinando coerção e consenso, produzindo, assim, o conformismo social (Gramsci, 2024). Diante dessa compreensão, verificamos que a nova pedagogia da hegemonia referenciada no chamado social-liberalismo não significou a ruptura, mas sim uma atualização das estratégias e táticas no exercício da dominação e da direção da sociedade, envolvendo, no plano internacional, a atuação dos organismos internacionais sob diferentes temas.

Na última década do século XX e primeira década do século XXI, as forças políticas identificadas com a reversão de pontos laterais do projeto neoliberal coordenaram a revisão da sociabilidade pós 1945, disputando esse processo com as forças ligadas à ortodoxia neoliberal.

O conformismo foi delineado pelas noções de individualismo como valor moral radical e de nova cidadania alimentados culturalmente pelas noções de meritocracia e de empreendedorismo. Além disso, apontamos também que a fabricação política do novo conformismo ensejou o reconhecimento das bandeiras identitárias (especialmente, gênero, raça, etnia) em desarticulação com a perspectiva classista e de crítica social ao capitalismo. Nessa linha, as forças políticas dominantes-dirigentes obtiveram significativo sucesso ao massificarem a ideia de que a consciência de classe social seria simplesmente mais uma manifestação de individual de identidade no universo de outras identidades. Não são raras as menções à valorização da diferença como um fim em si mesmo.

Sem ignorar a imensa pertinência das diversas lutas por reconhecimento, nem menos ainda pretender a existência de uma luta de classe pura e impoluta pela dinâmica concreta da vida real e deus diversos conflitos, empreendemos esforços analíticos de captar as investidas burguesas por isolamento das particularidades sem qualquer possibilidade de esforço entre os diversos grupos e classes sociais que sofrem opressões, assim como, o agravamento desses sob relações sociais capitalistas. Ainda, reitera o caráter inapropriado e prenhe de equívocos de uma leitura puramente economicista da teoria marxista do conflito, como debate Losurdo (2018). Para o pensador Italiano, a teoria das lutas de classes deve ser lida como teorias

gerais dos conflitos sociais, servindo de estímulo a uma miríade de lutas por reconhecimento (Losurdo, 2018). O que não dizer que não tenhamos casos históricos de lutas muito relevantes e seus expoentes mais destacados incapazes de olhar e atender a outras lutas similares próximas ou não.

Melo (2011) revela que no final do século XXI e primeira década do século XXI, houve a reconfiguração do Estado capitalista em decorrência da hegemonia das forças políticas neoliberais. Aliás, o autor adverte que tal mudança não impacta na sua principal função, isto é, assegurar a estabilidade dos fundamentos das relações sociais capitalistas de produção para preservação do sistema. Melo (2011) revela também que a UNESCO e outros organismos internacionais atuaram na difusão do social-liberalismo para organizar o capitalismo contemporâneo e reconfigurar os Estados nacionais.

O modelo de Estado gerencial é, portanto, um instrumento para o processo de educação do novo conformismo neoliberal, mobilizando significativas definições, com destaque para as que seguem: i) o cidadão seria um cliente do Estado; ii) os direitos sociais deveriam ser percebidos como obsoletos; iii) as políticas sociais deveriam ser focalizadas; iv) organizações privadas qualificadas como de interesse “público não-estatal” passariam a ser encarregadas no atendimento dos clientes do Estado; v) as ditas parcerias público-privadas deveriam ser incentivadas para permitir que o dinamismo do ente privado provocasse positivamente as instituições públicas.

Nesse sentido, a focalização das políticas sociais, o fortalecimento das ditas organizações privadas sem fins lucrativos e a relação público-privada, incluindo as possibilidades de oferta de espaços e experiências das práticas corporais, são apenas expressão da mudança das relações de força que se materializam na ossatura do Estado capitalista.

O efeito disso pode ser verificado nos processos de contrarreformas que significaram a retirada de direitos sociais da classe trabalhadora em nome da modernização do Estado. A legitimação socialmente medidas impopulares exigiu a divulgação de um novo modo de vida marcado pela resiliência e pela coragem para lidar com as incertezas e criatividade para produzir e empreender. Nessa direção, foi importante estabelecer mecanismos para a consciência política coletiva da classe trabalhadora através da popularização do empreendedorismo e dos símbolos de sucesso da nova era.

O gênero humano burguês foi reafirmado como referência, servindo como exemplo para os trabalhadores se moverem na vida social e na venda da sua força de trabalho. Basicamente, isso significou que cada trabalhador deveria desenvolver uma consciência deslocada das condições objetivas de vida e da coletividade da classe. A noção de autogerenciamento (do tempo, das emoções e do trabalho) foi lançado como suposto sinônimo de autonomia individual, mesmo significando a nova faceta da alienação.

Na dura batalha pela sobrevivência, a individualização da consciência política referenciada na base material da vida precarizada obsta a consciência política coletiva, impedindo a

construção de solidariedades de classes. Introduce toda sorte de fragmentações. Os trabalhadores passam a estranhar uns aos outros. Isso se torna ainda mais repulsivo quando se mistura ao racismo, às discriminações de gênero e de orientação sexual, às hostilidades religiosas, étnicas ou sexuais no mercado de trabalho (divisões que, historicamente, o capital promove com avidez). Concorrência aguda (sob condições de desemprego disseminado e maior integração espacial das forças de trabalho do mundo) está intensificando essas divisões e tensões no interior da força de trabalho, com consequências políticas previsíveis, particularmente em situações em que as solidariedades sociais anteriores se dissolveram por causa da desindustrialização (Harvey, 2018, p. 193-194).

Nessa direção, a pessoa de “sucesso” é aquela que se esforça, apesar das adversidades, para acumular riqueza ou para produzir bem-estar para a sua comunidade. Nesse sentido, a meritocracia se constitui como peça da ideologia burguesa para justificar a riqueza e/ou a dignidade e o respeito social.

A precarização das condições e dos contratos de trabalho, o rebaixamento dos salários combinados com o aumento das jornadas de trabalho, a manutenção de grandes contingentes na condição de desemprego e o desmonte da proteção social estatal ao trabalho, nos termos assinalados por Fontes (2010) e por Harvey, (2008), podem ser reconhecidos como fatores favoráveis à difusão do sentido da meritocracia e do empreendedorismo como bases do tal “homem de sucesso” neoliberal.

É interessante notar que o gênero humano burguês que exemplifica o ser de sucesso não se confunde necessariamente com a figura clássica do “patrão” ou do grande empresário. No capitalismo neoliberal de viés social-liberal, o gênero humano burguês é aquele que é projetado como símbolo do “sucesso”, que alcança visibilidade pública e que também ostenta riqueza ou prestígio decorrentes do suposto talento.

Por ser o símbolo do “sucesso”, essa personalidade precisa ser e admirada e seguida por todos. Nessa linha, divulga-se que essa condição seria resultado da escolha e da persistência.

O gênero humano burguês pode ser um efetivo integrante da classe ou ser apenas um preposto que cumpre um papel específico nas relações de força, qual seja: simbolizar a viabilidade do “sucesso” decorrente do esforço individual. Enquanto os administradores do capital – chamados nos anos de neoliberalismo de *Chief Executive Officers* e conhecidos pela sigla CEO's – possuem a função de representar os interesses da classe burguesa, organizada em fundos de investimento, no processo de exploração do trabalho para viabilizar a acumulação privada da riqueza, o gênero humano burguês atrai a atenção das massas para impulsionar os sonhos e o modo de vida neoliberal.

As táticas para educar a sociabilidade neoliberal não elidiram as contradições entre as classes sociais e a exploração do capital sobre o trabalho, mas reconhecemos que a projeção midiática em torno do gênero humano que personifica o neoliberalismo contribuiu para obscurecer os processos de dominação, algo que gerou repercussões para as relações de força entre as classes.

O modo de vida neoliberal também foi reforçado pelo consumo de serviços relacionados às práticas corporais – ou seja, a atividade física e o esporte nos termos da UNESCO – que passaram a simbolizar o novo sentido de bem-estar, de beleza e de saúde, compondo um segmento de mercado muito dinâmico que se expandiu a partir da década de 1990.

Nos anos de neoliberalismo, intensificou-se as práticas corporais associadas ao consumo de bens e serviços mercantilizados com destaque para as academias de ginástica que se afirmaram como empreendimentos tipicamente capitalistas, impulsionando ainda expansão de um setor industrial (equipamentos, roupas, calçados e de suplementos nutricionais), como revelado por Quelhas (2012). Essa dinâmica incidiu na construção social de uma crença fetichizada sobre beleza, saúde e bem-estar na relação com as formas mercantilizadas (serviços e produtos) que ajudaram a delinear o modo de vida neoliberal.

As políticas públicas relacionadas às práticas corporais também foram impactadas. O direito social do cidadão foi reduzido a um serviço mercantilizado para o consumidor. A principal evidência se refere ao avanço da relação público-privada

que foi adotada como modelo de inovação e alternativa à privatização clássica da ortodoxia neoliberal, tornando uma referência para a saúde, educação, assistência e lazer.

Diante desses aspectos e além de ressaltar que o contexto da nova edição da Carta da UNESCO é o capitalismo neoliberal de viés social-liberal, apontamos ser necessário analisar as conexões desse documento com o seu tempo histórico e, particularmente, com a problemática da sociabilidade pela mediação das atividades corporais, incluindo os esportes.

Contudo, precisamos assinalar que a crise econômica de 2008 e as respostas a ela potencializaram a crise política que vem permitindo o fortalecimento de forças de extrema direita a partir de 2016 que estão articuladas no plano internacional e conquistando espaços nas instâncias (Executivo, Legislativo e Judiciário) do aparelho estatal de vários países.

Apesar desse reconhecimento, interessa-nos identificar as diretrizes da UNESCO traçadas na Carta de 2015 em seu contexto de produção, buscando apreender o significado de seu conteúdo para a produção do conformismo social no século XXI.

Análise da Carta Internacional de Educação Física, Atividade Física e Esporte

Os organismos internacionais criados após a II Guerra Mundial, tais como Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) e Organização Mundial do Comércio (OMC) tinham como função básica propagandeada viabilizar um amplo pacto político pela estabilidade e pela suposta paz entre as nações.

Mesmo no contexto da Guerra Fria, sob influência dos países capitalistas centrais, especialmente dos Estados Unidos, vários organismos internacionais passaram a produzir formulações para estabelecer as bases da ordem internacional capitalista através da homogeneização das políticas públicas e de pactos e acordos políticos sobre diferentes temas. O objetivo passou a ser massificar e universalizar a visão dominante de mundo seja para que fossem traduzidas em ações concretas. Nessa linha, os intelectuais orgânicos de tais organismos assessoraram e monitoram

os países de capitalismo dependente no amplo e complexo processo de assimilação política.

Verificamos que as cartas e as declarações firmadas pela mediação dos organismos internacionais se constituíram como instrumentos para persuadir governos e forças políticas locais na adesão aos pactos propostos. Além de ressaltarem a importância de pertencimento à comunidade internacional e de trocas de experiências, a persuasão envolveu também a promessa de que a implementação das medidas propostas seriam uma espécie de passaporte para o desenvolvimento. Sem estabelecer críticas ao colonialismo e ao imperialismo, os organismos atuaram para fortalecer a ordem do capital.

A UNESCO se destacou entre os organismos por assumir a tarefa de coordenação internacional de temas relacionados à educação, à ciência e à cultura, abrigando, nessa linha, os esportes e as demais atividades corporais em decorrência dos aspectos simbólicos que tais fenômenos sociais mobilizam. Para ampliar a influência sobre esses temas, a área da Educação Física – campo de conhecimento, de formação e de atuação profissional – também se constituiu como objeto de atenção do referido organismo.

Algumas iniciativas marcaram a trajetória da UNESCO sobre a área da Educação Física e das atividades corporais. Como exemplo, podemos citar as Conferências de Ministros e Altos Funcionários da Educação Física e do Esporte (MINEPS), que contou com 7 edições. As edições foram realizadas em: i) 1976, em Montreal, Canadá; ii) 1988, em Moscou, URSS; iii) 1999, em Ponta do Leste, Uruguai; iv) 2004, em Atenas, Grécia; v) 2013, em Berlim, Alemanha; vi) 2017, em Kazan, Rússia e vii) 2023, em Baku, no Azerbaijão.

Como já destacamos, a Carta funciona como instrumento político para pactuar o consenso sobre as finalidades do conjunto das atividades corporais, o direcionamento das políticas públicas dos países vinculados à UNESCO e orientações para os órgãos internacionais dos esportes de rendimento. Como destacado na seção anterior, a versão de 2015 foi lançada em um contexto de capitalismo neoliberal de viés social-liberal.

Entre as 13 afirmações contidas na parte introdutória da segunda edição da carta, destinada às considerações iniciais, já é possível identificarmos que a UNESCO

opera com uma concepção idealista sobre o significado das práticas corporais. Isso pode ser observado nos excertos contidos no quadro abaixo.

Quadro 1 – Visão idealista⁴

ITEM	TEMA	EXCERTOS
4 (p.1)	Inclusão	“[...] a fim de superar a exclusão de grupos vulneráveis ou marginalizados”
6 (p.1)	Benefícios	“[...] o desenvolvimento social e econômico, o emponderamento dos jovens, a reconciliação e a paz”
11 (p.2)	Proteção da integridade das pessoas	“[...]proteção da integridade [...] contra as ameaças representadas pela discriminação, pelo racismo, pela homofobia, pelo assédio e pela intimidação, pela dopagem, pela manipulação, pelo treinamento excessivo de crianças pequenas, pela exploração sexual, pelo tráfico de pessoas, assim como pela violência”
13 (p.2)	Concertação social	“[...] colocar a educação física, a atividade física e o esporte a serviço do desenvolvimento humano, instando todos e, em especial, governos, organizações intergovernamentais, organizações esportivas, entidades não governamentais, círculos empresariais, mídia, educadores, pesquisadores, profissionais e voluntários do esporte, participantes e seu pessoal de apoio, árbitros, famílias, bem como espectadores, a aderirem a ela e a disseminá-la, a fim de que seus princípios se tornem realidade para todos os seres humanos”

Elaborado pelos autores.

Sem enfrentar criticamente as determinações histórico-sociais vinculadas à dominação e à subalternização e à desumanização de pessoas e grupos sociais em diferentes contextos, a UNESCO aponta que que as práticas corporais, se bem conduzidas, podem ser uma espécie de antídoto para a promoção da coesão social e

⁴ Tomamos como idealista os trechos que concebem as práticas corporais descoladas da realidade concreta do capital e como transformadoras por si mesmas de problemas estruturais e intrínsecos à sociedade capitalista.

do bem-estar. Cumpre registrar que a UNESCO veicula na Carta de 2015 uma concepção abstrata de sociedade, valendo-se desse recurso para educar a sociabilidade.

Avaliamos que se trata de uma concepção a-histórica e a-crítica sobre os problemas sociais que se baseia numa perspectiva instrumental das práticas corporais e do lazer. Se essas posições foram assimiladas pelos governos e traduzidas nas políticas setoriais que tratam das práticas corporais, aquilo que, em tese, pretende-se combater será preservado. Apesar disso, no plano fenomênico, é possível que algumas pessoas se percebam integradas ao universo das práticas corporais, fortalecendo, assim, a sociabilidade capitalista.

Além disso, a UNESCO evidencia que a concertação social – formulação tipicamente social-liberal – precisa ser promovida através da mobilização de diferentes sujeitos e organizações em favor de uma formulação que se constitui como um slogan político, isto é, o “desenvolvimento humano”. A ideia de sinergia entre agentes, instituições públicas e organizações privadas busca anular a legitimidade do conflito social (Martins, 2009; Neves, 2005) e significar a quebra da autonomia de comunidades e de grupos sociais no tratamento das práticas corporais em nome de formas massificadas que contribuem para a coesão social.

Nos artigos que compõem a Carta Internacional da Educação Física e Esporte, a ONU-UNESCO (2015) apresenta detalhamentos relevantes para a configuração das práticas corporais e orientações que se relacionam indiretamente à formação na Educação Física e a intervenção de seus profissionais.

No Art. 1º, a ONU-UNESCO (2015) demonstra reconhecer que o conjunto das práticas corporais precisam ser reconhecidas como direito social. Nessa linha, afirma ideias importantes sobre o tratamento desse bem cultural, entre elas, destacamos: o cuidado com a diversidade de interesses dos sujeitos pela questão geracional; o reconhecimento das ações assistivas frente à diversidade humana; a atenção sobre a condição da mulher em relação ao acesso às práticas corporais; o alerta sobre a necessidade de reconhecimento e preservação do conjunto de práticas corporais como patrimônio cultural.

Contudo, o Art. 2º (ONU-UNESCO, 2015), a ideia de direito social é esvaziada pela perspectiva instrumental atribuída às práticas corporais, pois devem ser socializadas, inclusive nas escolas, não porque se constituem como patrimônio

cultural da humanidade, mas sim por supostos benefícios podem gerar. No Quadro 2, elencamos os excertos que revelam essa concepção.

Quadro 2 – Razão instrumental e utilitarismo⁵

LOCALIZAÇÃO	EXCERTOS COM GRIFOS NOSSOS
2.2 (p.3)	“[...]podem desempenhar um papel importante [...] ao melhorar a resistência, a força, a flexibilidade, a coordenação, o equilíbrio e o controle. Saber nadar é uma habilidade essencial para pessoas expostas ao risco de afogamento ”.
2.3 (p.3)	“[...]podem melhorar a saúde mental, o bem-estar e a capacidade psicológica, ao aumentar a confiança corporal, a autoestima e a função cognitiva, ao diminuir o estresse, a ansiedade e a depressão ”.
2.4 (p.3)	“[...]podem auxiliar no bem-estar e na capacidade social , ao estabelecer e fortalecer os vínculos com a comunidade e as relações com a família, os amigos e os colegas, criando um sentimento de pertencimento e aceitação, desenvolvendo atitudes e comportamentos sociais positivos, e congregando pessoas de diferentes contextos culturais, sociais e econômicos na busca de objetivos e interesses comuns. ”
2.5 (p.4)	“[...]podem ajudar a prevenir e a reabilitar as pessoas vulneráveis à dependência de drogas, ao consumo excessivo de álcool e tabaco, à delinquência, à exploração e à pobreza extrema ”.
2.6 (p.4)	“[...]reduzem custos relacionados à saúde, aumentam a produtividade e fortalecem o engajamento cívico e a coesão social. ”

Elaborado pelos autores

Nessa linha, ao subordinar às práticas corporais às finalidades instrumentais, a UNESCO esvazia o sentido de direito social e prioriza o caráter utilitarista e compensatório de tais práticas. Desse modo, a UNESCO projeta o que, potencialmente, seria uma possibilidade que o cidadão elege para si ao exercer o

⁵ Chamamos de razão instrumental e utilitarismo os trechos que concebem as práticas corporais como instrumentos, esvaziando o sentido de direito social e priorizando o caráter utilitarista e compensatório das práticas corporais diante das mazelas da sociedade.

direito como a própria finalidade das práticas corporais. Nessa linha, a UNESCO evidencia que compreende as práticas corporais como instrumento da conformação social como fica demonstrado nos itens 2.3 a 2.5.

As reais oportunidades de alcance de níveis de realização de exercícios, na verdade, não correspondem ao sentido da saúde, do lazer, da autonomia corporal ou da apropriação da própria história pela realização de alguma prática. Seguindo o artigo 2 intitulado: “A educação física, a atividade física e o esporte podem proporcionar uma ampla gama de benefícios às pessoas, às comunidades e à sociedade em geral” (ONU-UNESCO, 2015). Identifica-se um caráter de análise da Educação Física e das práticas corporais pelas suas supostas potencialidades pedagógicas comportamentais, relacionados à saúde de variadas ordens, às habilidades motoras e as questões sociais de forma mais direta. O artigo conta com 6 tópicos de 2.1 a 2.6. Aqui mencionamos dois parágrafos para a análise:

2.3 A educação física, a atividade física e o esporte podem melhorar a saúde mental, o bem-estar e a capacidade psicológica, ao aumentar a confiança corporal, a autoestima e a função cognitiva, ao diminuir o estresse, a ansiedade e a depressão, e ao desenvolver uma ampla gama de habilidades e qualidades, como a cooperação, a comunicação, a liderança, a disciplina, o trabalho em equipe, todos os quais contribuem para o êxito durante a participação, o aprendizado e em outros aspectos da vida

2.6. Para a sociedade em geral, a educação física, a atividade física e o esporte podem trazer importantes benefícios de saúde, sociais e econômicos. Um estilo de vida ativo ajuda na prevenção de doenças cardíacas, diabetes, câncer e obesidade, bem como na redução de mortes prematuras. Além disso, eles reduzem custos relacionados à saúde, aumentam a produtividade e fortalecem o engajamento cívico e a coesão social (ONU-UNESCO, 2015, p. 3-4).

Nesses dois trechos acima, a visão da educação física apresenta-se de forma idealista. Conceitos como: “habilidades”, “qualidades”, “liderança”, “disciplina”, “engajamento cívico” e “coesão social” repetem-se em variados contextos. Valores solidários, coletivos, no apontamento para um novo ser humano em rompimento com o individualismo, exige-nos compreender a totalidade com suas múltiplas contradições as quais não negam a construção de valores, mas os entendem associados a determinada sociedade. A atualização de uma suposta capacidade redentora e/ou salvacionista do Esporte e da Educação Física (e também das artes) sempre

reaparece com novas faces nas proposições burguesas com vistas a (supostamente) enfrentar as sequelas geradas por metabolismo social.

Destacamos que a relação entre práticas corporais e conformismo social são afirmadas através das expressões “capacidade social”, “sentimento de pertencimento”, “engajamento cívico” e “coesão social”.

A proposta de adaptação político-social, fundamento da sociabilidade, por meio das práticas corporais foi ratificada pela ONU-UNESCO (2015, p. 4), especificamente no Art.3º, com a seguinte afirmação: **“Todas as partes interessadas devem participar da criação de uma visão estratégica que identifique as opções e as prioridades políticas** (grifo no original)”.

A formulação busca confirmar a concertação social ao afirmar que uma única visão estratégica deve ser validada pela participação de todos os sujeitos, sejam eles, indivíduos ou organizações, independentemente da condição de classe.

No item 3.2, a UNESCO destaca o papel da classe burguesa (empresarial) como um dos sujeitos políticos que devem participar da concertação social ao lado de trabalhadores da educação, da Educação Física e da ciência. Além disso, esse organismo ressalta relevância dos voluntários do esporte como sujeitos que devem ser considerados nessa construção política. O ponto comum é que todos eles devem compartilhar, nas palavras da ONU-UNESCO (2015, p. 4) “[...] compartilhar a responsabilidade pelo desenvolvimento e apoio” das práticas corporais, especialmente as de natureza esportiva.

No item 3.4, a ONU-UNESCO retoma a questão dos voluntários ressaltando que a valorização de tais sujeitos seria uma forma de “[...] reconhecer a sua contribuição para uma cultura democrática” (2015, p. 4). Nessa linha, conclui o artigo com um revelador posicionamento acerca dos eventos esportivos descrito da seguinte forma:

3.6. Estados e municípios que considerarem sediar grandes eventos esportivos devem integrar essa opção à sua estratégia de longo prazo para a educação física, para a atividade física e para o esporte, a fim de apoiar e ampliar a participação na atividade física, bem como **ajudar a aprimorar a coesão social** (ONU-UNESCO, 2015 p. 5. Grifo nosso).

Trata-se de mais uma evidência do significado político que a UNESCO atribui às práticas corporais. Especificamente sobre a questão do voluntariado, Melo (2011)

revela que a ideia de ajuda coletiva a partir do trabalho não remunerado cumpre uma dupla função. Além de contribuir para a fabricação política do conformismo social, significa também uma forma de economizar recursos, sejam eles do fundo público ou dos cofres das entidades esportivas responsáveis. Assim, a espoliação do trabalho de jovens, adultos e idosos têm um caráter pedagógico por educar a sociabilidade.

A relação da Educação Física como componente curricular da Educação Básica também é abordada na Carta. Reivindicando a importância de sua presença nas grades curriculares na educação básica, podemos visualizar a defesa:

4.3 Por ser a única área dos currículos escolares dedicada ao desenvolvimento da competência e da confiança dos alunos no esporte e na atividade física, a educação física oferece uma via de acesso para o desenvolvimento de habilidades, atitudes e conhecimento necessários para a prática da atividade física e do esporte ao longo da vida; portanto, aulas de educação física inclusivas e de qualidade, ministradas por professores de educação física qualificados, devem ser obrigatórias em todas as séries e em todos os níveis de educação (ONU-UNESCO, 2015. p. 5).

Apesar da importante reafirmação sobre a obrigatoriedade da disciplina nas escolas, é possível perceber novamente, pela separação. No artigo 7 “O ensino, o treinamento e a administração da educação física, da atividade física e do esporte devem ser realizados por pessoal qualificado” (ONU-UNESCO, 2015). Neste artigo, ressaltaremos o seguinte tópico:

7.3 Devem ser oferecidas a formação e a supervisão adequadas para treinadores, funcionários e pessoal de apoio que trabalhem em caráter voluntário, uma vez que fornecem uma contribuição valiosa para o setor, realizam funções essenciais e promovem a participação da população, de modo a garantir o desenvolvimento e a segurança dos participantes e incentivar a ampliação da participação nos processos democráticos e na vida da comunidade (ONU-UNESCO, 2015. p. 7).

A questão do voluntariado aparece novamente, reafirmando sua centralidade também no caso da formação e treinamento. Dessa forma os programas de ensino de Educação Física segundo a Carta Internacional devem ser executados por “professores” sem salário.

Especificamente sobre o fundo público e investimentos para viabilizar as práticas corporais, a ONU-UNESCO (2015, p. 4) definiu o seguinte:

3.5 O investimento contínuo na educação física é um componente essencial do compromisso de todos os países para a educação e para o esporte. O orçamento público para a disponibilização de programas de educação física de qualidade deve ser protegido e reforçado.

Duas observações relevantes acerca dessa posição. Em primeiro, destacamos o seguinte apontamento crítico de Granemann (2018, p. 196):

O fundo público nas mistificações e apologias da economia burguesa é uma composição equilibrada de cobrança de impostos e de contribuições sociais, justas e harmoniosamente vertidas ao Estado por todos os componentes da “sociedade”; sociedade, ela mesma uma “abstração em abstrato” porque vazia de realidade e sentido; desprovida de realidade por não ser uma realidade autoexplicável já que é formada por indivíduos não iguais.

Em segundo, assinalamos que a UNESCO indica a necessidade de investimento públicos para viabilizar as práticas corporais, mas não se posiciona sobre a subordinação do fundo público à especulação da burguesia rentista os países de capitalismo dependente. Em geral, tais países, como o Brasil, por força das políticas neoliberais, comprometem a maior parte do fundo público para os serviços da dívida interna e externa. Logo, definição da UNESCO não tem lastro com a realidade se não considerar essa condição político-econômica.

No Art. 5º, a noção de desenvolvimento sustentável na relação com as práticas corporais é assim descrita pela ONU-UNESCO (2015, p. 5): “[...] Todas as partes interessadas devem assegurar que suas atividades sejam sustentáveis, nos planos econômico, social e ambiental”.

Corrêa (2010) afirma que a referida noção visa oferecer uma tentativa de resposta às contradições ecológicas do modo capitalista de produção, com destaque para a extração intensiva das riquezas naturais e para os efeitos ambientais do consumo de massa. Dornellas (2017, p. 47) assevera que essa noção visa “[...] redimensionar as velhas práticas empresariais sem alterar o conteúdo social da dinâmica capitalista”. Na esteira desses autores, verificamos que a noção de desenvolvimento sustentável é a resposta burguesa para à crise climática cujos efeitos ameaçam a coesão social, atingindo especialmente às frações da classe trabalhadora mais exploradas.

Com base nessas referências, apontamos que a formulação do Art. 5º estabelecida pela UNESCO não enfrenta a questão social e a questão ambiental como derivadas das relações sociais capitalistas sob a hegemonia da classe burguesa.

Logo, minimiza o impacto delas sobre a condição de vida da classe trabalhadora. A afirmação da ONU-UNESCO (2015, p. 5) é uma evidência sobre esse problema: “5.2 Considerando que o aumento do consumo de produtos esportivos pode ter impactos positivos na economia global, as indústrias devem se responsabilizar pelo desenvolvimento e pela incorporação de práticas benéficas à sociedade e ao meio ambiente”.

Ao associar as práticas corporais à noção de desenvolvimento sustentável, a UNESCO nega os conflitos ambientais e a crítica sobre a perspectiva destrutiva do capitalismo sobre o ambiente e os trabalhadores, propondo tais práticas como mediadoras da promoção da coesão social.

O Art. 10 é dedicado à temática da ética na relação com as práticas corporais. Entre as formulações, destacamos a seguinte afirmação da ONU-UNESCO (2015, p. 8):

10.1 Todas as formas de educação física, atividade física e esporte devem ser protegidas contra o abuso. Fenômenos como violência, dopagem, exploração política, corrupção e manipulação de competições esportivas ameaçam a credibilidade e a integridade da educação física, da atividade física e do esporte, assim como enfraquecem suas funções de educação, desenvolvimento e saúde.

Verificamos que se trata de uma ética seletiva e operada por uma lógica que não avança na crítica social das competições esportivas de alto rendimento. Além disso, apesar de apontar a “exploração política” como um desvio ético, a UNESCO defende o atrelamento das práticas esportivas ao fortalecimento da sociabilidade capitalista.

Por fim, destacamos duas manifestações contidas na Carta que confirmam a função social da UNESCO no ordenamento do mundo capitalista. Ambas destacam a contribuição das práticas corporais para o desenvolvimento da cultura de paz e antídoto político aos conflitos relacionados, entre outros aspectos, à desigualdade social.

Primeiro, como evidência, apresentamos a seguinte formulação da ONU-UNESCO (2015, p. 10):

11.1 Iniciativas que promovam o esporte para o desenvolvimento e a paz devem ter como objetivo a erradicação da pobreza, assim como o fortalecimento da democracia, dos direitos humanos, da segurança, da cultura de paz e não violência, do diálogo e da resolução de

conflitos, da tolerância e da não discriminação, da inclusão social, da igualdade de gênero, do Estado de direito, da sustentabilidade, da consciência ambiental, da saúde, da educação e do papel da sociedade civil.

Trata-se da exploração política das práticas corporais para ordenamento da sociabilidade capitalista. Fica evidenciado que a UNESCO não se preocupa, como já ressaltado, com as determinações que produzem os conflitos e com aqueles que resistem às formas de exploração através da luta social. Nessa linha, a UNESCO aciona a ideologia do desenvolvimento, nos termos definidos por Prado (2019), para indicar o que denomina de caminho da paz.

Em segundo, destacamos uma formulação contida no Art. 12 que revela a perspectiva sobre paz e desenvolvimento no plano das relações internacionais. A ONU-UNESCO (2015, p. 10) afirma o que segue:

12.1 Por meio da cooperação e de parcerias internacionais, todas as partes interessadas devem colocar a educação física, a atividade física e o esporte a serviço do desenvolvimento, da paz, da solidariedade e da amizade entre as pessoas, as comunidades e as nações.

Trata-se de uma formulação que não enfrenta a realidade das guerras e dos massacres genocidas operados contra populações e etnias em nome de interesses econômicos e políticos das classes dominantes em nível mundial.

Considerações finais

Melo (2011) apontou que os organismos internacionais, mais especificamente a ONU-UNESCO, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, atualizam seus encaminhamentos em consonância com as estratégias político-econômicas vinculadas à configuração do sistema capitalista. Contudo, as iniciativas das organizações internacionais não eliminam as contradições que são inerentes ao sistema.

De modo particular, verificamos que a versão de 2015 da Carta da UNESCO (ONU-UNESCO, 2015) está alinhada com essa prática política e também não elimina as contradições do sistema ao tratar das práticas corporais. Isso significa que as orientações da UNESCO e de outros organismos internacionais para o tratamento dos temas da questão social são apenas instrumentos para legitimar as desigualdades

sociais e preservar que a riqueza socialmente produzida seja mantida como algo privado, mantendo o círculo perverso da concentração de renda, gerando, potencialmente, a instabilidade social.

A busca de equilíbrio do sistema é o que move a UNESCO. A Carta, portanto, é um instrumento para viabilizar o que Gramsci (2024) definiu como conformismo imposto, sendo parte das estratégias de hegemonia. Assim, ao apontar o caminho da educação do conformismo social, através da Carta, a UNESCO busca diminuir as tensões que podem comprometer a coesão social das nações e do sistema.

Desse modo, concluímos que a Carta Internacional de Educação Física e Esporte da UNESCO de 2015 integra o projeto dominante no século XXI em meio às crises econômica e política. Certamente, a reversão desse quadro não será operada através da crítica acadêmica. Contudo, os pesquisadores da área da Educação Física, a partir de um posicionamento ético-político em defesa da emancipação humana, podem contribuir com as lutas sociais comprometidas com a transformação social e com a produção do conhecimento crítico sobre a realidade.

Referências

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

CORRÊA, D. C. **O debate ambiental no Serviço Social: construindo novos caminhos ou reatualizando velhos paradigmas?** 2010. 210f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFJF, Juiz de Fora.

DORNELLAS, L. C. G. **O projeto educativo da Fundação Vale: uma investigação sobre o programa Escola que Vale**. 2011. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFJF, Juiz de Fora.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea, 2012. p. 52-71.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; EPSJV/Fiocruz, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição completa. São Paulo: IGS-Brasil, 2024.

GRANEMANN, S. Capitalismo “puro”, Estado e fundo público. In: GRANEMANN, Sara (org.). **Teoria social, formação social e serviço social: pesquisas marxistas em debate**. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2018. v. 4, p. 177-202.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

LOSURDO, D. **O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu e como pode renascer**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARTINS, A. S. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

MELO, M. P. de. **Esporte e Dominação Burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil**. 2011. 298f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – UFRJ, Rio de Janeiro.

NEVES, L. M. W. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade**. São Paulo: Xamã, 2005.

ONU-UNESCO. **Carta internacional da educação física e do esporte**. Paris: UNESCO, 1978. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/singleview/news/unesco_publishes_portuguese_version_of_the_new_international/. Acesso em 2 de fevereiro de 2018.

ONU-UNESCO. **Carta internacional da educação física, da atividade física e do esporte**. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/singleview/news/unesco_publishes_portuguese_version_of_the_new_international/. Acesso em 2 de fevereiro de 2018.

ONU-UNESCO. **Declaração da V Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários Responsáveis pela Educação Física e o Esporte (MINEPS V)**. Berlim: UNESCO, 2013.

ONU-UNESCO. **Declaração da VI Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários Responsáveis pela Educação Física e o Esporte (MINEPS VI)**. Kazan: UNESCO, 2017.

PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio César; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 67-108.

PRADO, F. C. Ideologia do desenvolvimento, teoria marxista da dependência e crítica da estratégia democrático-popular. In: IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor (org.). **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

QUELHAS, A. **Trabalhadores de educação física no segmento fitness: um estudo da precarização do trabalho no Rio de Janeiro**. 2012. 250f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNESP, Marília.